FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de Unidade Curricular

Curso de Doutoramento
2025/2026

1. Nome da Unidade curricular:

Introdução ao Direito Público, Turma A

2. Informação Complementar:

Duração: Semestral ☐ Anual ☒
Horas de Trabalho: 504
Créditos ECTS: 18

3. Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular:

Vitalino Canas, duas horas semanais

4. Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular:

Não aplicável

5. Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes):

Em primeiro lugar, pretende-se avaliar o "estado da arte" no que diz respeito à autonomia do Direito Público, como província do Direito, e da plausibilidade da insistência na separação entre Direito Público e Direito Privado. Para tanto, proceder-se-á no início do seminário a uma revisão dos traços essenciais das várias disciplinas que se inscrevem no domínio clássico do Direito Público, procurando encontrar fundamento – ou rejeitá-lo – para aquela separação.
Em segundo lugar, e ocupando a maior parte do tempo do seminário, visa-se desvendar tendências de desenvolvimento de áreas tradicionalmente colocadas sob o domínio do Direito Público. Em alguns setores essas tendências contribuem para aquilo que parece ser uma mescla entre Direito Público e Direito Privado; noutros, acentuam-se traços tradicionais do Direito Público. Procurar-se-á antecipar linhas de desenvolvimento futuras, preparando os doutorandos para as solicitações que serão previsivelmente dirigidas à investigação e às profissões jurídicas com vista a enfrentar os desafios crescentes gerados por uma sociedade digital, pautada pela inteligência artificial, globalizada e potencialmente transportadora de novos riscos e ameaças para a democracia e para os direitos fundamentais, antigos e modernos.
Esta segunda parte do seminário adota uma visão essencialmente comparatística (Introdução ao Direito Público Comparado), tendo em conta o grande desenvolvimento que a disciplina tende a mostrar nas principais instituições de ensino do Direito ao nível global, falando-se, hoje, por exemplo, de renascimento do Direito Constitucional Comparado.

6. Conteúdos programáticos:

Introdução ao Direito Público, com ótica comparatística

Capítulo I - Conceitos gerais

1. Origem e evolução do direito público
2. As grandes famílias do direito público
3. Os principais conceitos universais de direito público
4. Definição de direito público

Capítulo II – Os principais ramos do Direito integrantes de normas de Direito Público. Noções básicas

1. Direito Constitucional
2. Direito Internacional Público
3. Direito Europeu
4. Direito Administrativo
5. Direito Penal
6. Direito Financeiro
7. Direito Tributário
8. Direito Eleitoral
9. Direito dos instrumentos de democracia semidirecta
10. Direito do Ambiente
11. Direito Processual
    a. Constitucional
    b. Civil
    c. Penal
    d. Administrativo
    e. Tributário
    f. Laboral
12. Novas tendências e ramificações disciplinares

Capítulo III - A relação jurídica na teoria e na dogmática do Direito Público

Subcapítulo I - Pressupostos da relação jurídica pública

a. Relação da vida
b. Fonte da relação jurídica

Subcapítulo II - Estrutura da relação jurídica pública

c. Sujeitos
    a. Sujeitos com personalidade jurídica e sujeitos sem personalidade jurídica
    b. Sujeitos criados segundo normas de Direito Público e segundo normas de Direito Privado
    c. Sujeitos providos de poderes de autoridade e sem poderes de autoridade
    d. Os sujeitos públicos
d. Posições jurídicas ativas e passivas
        i. Ativas
        ii. Passivas
            1. Deveres constitucionais
e. Objeto
    a. Imediato

b. Mediato

Subcapítulo III - Tipos de relações jurídico-públicas em especial

5. Relações jurídico constitucionais
    1. Interorgânicas
    2. Intraorgânicas
6. Relações jurídicas de direitos fundamentais
7. Relações jurídicas de direitos humanos
8. Relações jurídicas processuais
9. Relações jurídico-administrativas
10. Relações interorgânicas
11. Relações intraorgânicas

Capítulo IV - Os princípios gerais do Direito Público reguladores das relações jurídico-públicas

1. Princípios gerais de Direito Público
    a. Princípio da dignidade da pessoa humana
    b. Princípio da constitucionalidade
    c. Princípio da legalidade
    d. Princípio da igualdade
    e. Princípio da proibição do excesso
    f. Princípio da proteção da confiança

2. Princípios gerais de direito constitucional
    a. Princípio da separação de poderes
    b. Princípio da proibição do defeito?

2. Princípios gerais de Direito Administrativo
3. Princípios gerais de Direito Fiscal
    a. Princípios gerais de Direito processual
    b. Princípios gerais de Direito Penal

Capítulo IV – As tendências atuais do Direito Público

Subcapítulo I- Constituição normativa assente em regras e princípios

Subcapítulo II – Os mecanismos de ponderação como método de superação de colisões normativas

Subcapítulo III – A aplicabilidade direta dos direitos fundamentais nas relações entre particulares

Subcapítulo IV - A difusão universal da justiça constitucional

FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Subcapítulo V – As novas interpretações da organização política

Subcapítulo V I – A pretensa constitucionalização do direito internacional público

4.

7. Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular:

Os conteúdos programáticos pretendem abrir o caminho a linhas de investigação em domínios de presente evolução do Direito Público.

8. Metodologias de ensino:

Funciona-se em regime de seminário, com apresentação de temas por parte do docente e apresentação de trabalhos nas aulas pelos doutorandos, com discussão subsequente.

9. Avaliação:

A avaliação baseia-se na participação nas aulas (25%), na apresentação de trabalho (25%) e num relatório escrito (50%).

10. Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

(máximo 3000 caracteres)

11. Bibliografia principal:

Bibliografia de enquadramento geral

- Lucio Pegoraro (coord.), *Glosario de Derecho Público Comparado*, Editorial Porrúa, México, 2012.

- Lucio Pegoraro / Angelo Rinela, *Sistemas constitucionais comparados 1*, Astrea, Buenos Aires, Bogotá, Porto Alegre, 2021.

- Lucio Pegoraro / Angelo Rinela, *Sistemas constitucionais comparados 2*, Astrea, Buenos Aires, Bogotá, Porto Alegre, 2021.

- - Lucio Pegoraro / Angelo Rinela, *Derecho constitucional comparado 4. Sistemas de justicia constitucional*, Astrea, Buenos Aires, Bogotá, Porto Alegre, 2020.

Trabalhos do regente sobre alguns conteúdos do seminário:

Livros e monografias

- *O Princípio da Proibição do Excesso na Conformação e no Controlo de Atos Legislativos*, Almedina, Coimbra, 2017 (1.ª reimpressão, 2019).

- *Harmonização e Ponderação. Uma Perspetiva Comparada sobre Portugal e Brasil* (coord.), AAFDL, Lisboa, 2020.

- *Ciência Política*, Almedina, Coimbra, 2022.

- *Discricionariedade, Vinculação, Proporcionalodade*, 2.ª ed., AAFDL, Lisboa, 2024.

Artigos

- "Uma missão para um novo Código Administrativo", *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Alberto Xavier*, vol. III, Almedina, Coimbra, 2013, pp. 763-786.

- "Portugal", in Gerhard Robbers (ed.), *Encyclopedia of Law and Religion*, http://dx.doi.org/10.1163/2405-9749_elr_COM_00000091

- "O império da exceção: a inevitabilidade do autoritarismo em democracia", in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, ano LXI, n.º 1 (2020) pp. 813-827.

- "Social rights' collisions: the role of proportionality and other standards", in *e-publica*, vol. 8, n.º 2 (setembro de 2021), pp. 69-104. Acessível em: https://www.e-publica.pt/volumes/v8n2/pdf/a6n2v8.pdf

- "Proibição do Excesso, Proibição do Defeito e Garantia do Conteúdo Mínimo nas Colisões de Direitos Sociais", in *Revista de Direito Público, Brasília*, Volume 19, n. 101 (jan./mar. 2022), pp. 586-660. Acessível em: https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/6420/2579

- "Discricionariedade, vinculação, proporcionalidade", *Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura*, vol. 23 (2022), pp. 135-185.

- "Direito Constitucional na era da proporcionalidade (mas não na América?)". *Revista de Direito Administrativo, Infraestrutura, Regulação e Compliance*, n.º 26, ano 7 (jul./set. 2023), pp. 213-250.

- "*Constitutional law in the age of proportionality* (mas não na américa?)", *in Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Fernando Alves Correia,* vol. I, Almedina, Coimbra, pp. 481-426.

- *Justiça Constitucional I. De Bonham à constituição prima facie, certezas e inquietações*, AAFDL, Lisboa, 2025.

- "Interações entre particulares e proporcionalidade", *in Estudos em Homenagem ao Professor Doutor João Caupers*, vol II, Gestlegal, Coimbra, 2024, pp. 705-748.

- "Os direitos fundamentais das pessoas coletivas", in Vitalino Canas / Maria Lúcia Amaral / Jorge Miranda, *Novos Estudos Sobre a Constituição Portuguesa*, vol. I, *Uma Constituição do Século XXI*, Assembleia da República, Lisboa, 2025, pp. 269-300.

Outra bibliografia

Abboud, G. /R. Campos / G. Teubner / K-H. Ladeur / A. Vosskuhle - *Constitucionalismo global,* Contracorrente, São Paulo, 2022.

Alexy, Robert - *Teoria de los derechos fundamentales*, 2.ª ed, tradução e estudo introdutório de Carlos Bernal Pulido, Centro de Estudios Constitucionales, Madrid, 2007.

Ancel, Marc, *Utilidade e métodos do direito comparado – Elementos de introdução geral ao estudo comparado dos direitos,* Sergio Antônio Fabris Editor, Porto Alegre, 1980.

Ávila, Humberto – *Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos*, Malheiros, São Paulo, 2003; 7.ª ed., 2007.

Bagni, Silvia / Matteo Nicolini, *Justicia constitucional comparada*, CEPC, Madrid, 2021.

Balaguer Callejón, Francisco / Sarlet Ingo Wolfgang (eds.), *Derechos fundamentales y democracia en el constitucionalismo digital*, Editorial Aranzadi, Pamplona, 2023.

Barak, Aharon – *La aplicación de los derechos fundamentales*, Universidad Externado de Colombia, Bogotá, 2020.

Barber, N. W., *The Principles Of Constitutionalism*. Oxford University Press, 2018.

Barroso, Luís Roberto – *O Novo Constitucionalismo Brasileiro: contribuições para a construção teórica e prática da jurisdição constitucional no Brasil*, Fórum, Belo Horizonte, 2014.

Idem – *A judicialização da vida e o papel do Supremo Tribunal Federal*, Fórum, Belo Horizonte, 2018.

Idem – *O controle de constitucionalidade no direito brasileiro*, 9.ª ed., Saraiva, São Paulo, 2022.

Idem – "Populismo, autoritarismo e resistência democrática: as cortes constitucionais no jogo deo poder", *Revista Direito e Práxis* (2022).

Bickel, Alexander - *The Least Dangerous Branch: the Supreme Court at the Bar of Politics*, Yale University Press, New Haven, 1962.

Brennan, J. – "Against Democracy", Princeton University Press, Princeton (NJ), 2016.

Brito, Miguel Nogueira de et al. (eds.), *The role of legal argumentation and human dignity in constitutional courts*, Franz Steiner Verlag/Nomos, Stuttgart, 2019.

Carbonell, Miguel / Jaramillo, Leonardo García (coords.), *El canon neoconstitucional*, Trotta, Madrid, 2010.

Chemerinsky, Erwin - *Worse Than Nothing. The Dangerous Fallacy of Originalism*¸ Yale University Press, 2022.

Comella, Victor Ferreres - *Constitutional Courts and Democratic Values: A European Perspective*, Yale University Press, New Haven, 2009.

Idem- *Una defensa del modelo europeo de control de constitucionalidad*, Marcial Pons, Madrid, 2011.

Dalmau, Rubén Martínez / Claudia Storini / Roberto Viciano Pastor – *Nuevo Constitucionalismo Latinoamericano*, Ediciones Olejinik, Santiago Chile, 2021.

David, René. *Tratado de derecho civil comparado – Introducción al estudio de los derechos estranjeros y al metodo comparativo,* Revista de Derecho Privado, Madrid, 1953.

Dobner, Petra / Loughlin, Martin - The Twilight of Constitutionalism?, Oxford University Press, Oxford, 2010.

Figueroa, Alfonso García - Criaturas de la moralidad: una aproximación neoconstitucionalista al Derecho a través de los derechos, Trotta, Madrid, 2009.

Graber, M. / M. Tushnet / S. Levinson - *Constitutional Democracy in Crisis?* Oxford Constitutions of the World, 2018.

Grimm, Dieter – Constitutionalism : past, present, and future, Oxford University Press, Oxford, 2016.

Jackson, Vicky / Mark Tushnet – *Comparative Constitutional Law*, Foundation Press, 3.ª ed., 2014.

Harding, Andrew / Peter Leyland (eds) - *Constitutional Courts: A Comparative Study*, Wildy, Simmonds and Hill, London, 2009.

Hirschl, Ran - *Towards Juristocracy. The Origins and the Consequences of the New Constitutionalism*, Harvard University Press, Cambridge MA, 2004.

Idem - *Asuntos comparativos. El renacimiento del derecho constitucional comparado*, Universidad Externado de Colombia, Bogotá, 2019.

Landau, David. – "Abusive Constitutionalism", *U.C. Davis Law Review,* Vol. 47. (November 2013), pp. 189-260.

Leite, George S. / Glauco S. Leite / Lenio Streck – Neoconstitucionalismo. Avanços e retrocessos, Forum, Belo Horizonte, 2017.

Loughlin, Martin - *The Idea of Public Law,* OUP, New York, 2010.

Maldonado, Daniel Bonilla (ed.) – *Constitutionalism of the Global South: The Activist Tribunals of India, South Africa and Colombia,* Cambridge University Press, 2013.

Masterman, R. / R. Schultze (eds), *The Cambridge Companion to Comparative Constitutional Law* Cambridge University Press, Cambridge, 2019.

Medeiros, Rui – *A Constituição portuguesa num contexto global*, UCE, Lisboa, 2015.

Miranda, Jorge – "Sobre o direito constitucional comparado", *Revista Brasileira de Direito Comparado*, v. 5, n.º 9 (1990).

Möller, Kai - The Global Model of Constitutional Rights, Oxford University Press, Oxford, 2012.

Pegoraro, Lucio – *Teoria y modelos de la comparación*, Ediciones Olejnik, Santiago Chile, 2017.

Pizzorusso, Alessandro – *Curso de Derecho Comparado*, Ediciones Olejnik, Santiago Chile, 2020.

Romboli, Roberto - *Justicia constitucional, derechos fundamentales y tutela judicial, Palestra*, Lima, 2017.

Rosenfeld, Michel / András Sajó, *The Oxford Handbook of Comparative Constitucional Law,* 1.ª ed., Oxford University Press, 2012.

Sacco, Rodolfo. *Introdução ao direito comparado,* Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 2001.

Tushnet, Mark – "The Possibilities of Comparative Constitutional Law", *The Yale Law Journal*, Vol. 108 (1999), pp. 1225-1309.

Tushnet, Mark, "The Inevitable Globalization of Constitutional Law", *Harvard Law School Public Law & Legal Theory Working Paper Series Paper No.* 09-06. Acessível em: <http://ssrn.com/abstract=1317766>.

Urbina, Francisco – *A Critique of Proportionality and Balancing*, Cambridge University Press, Cambridge, 2017.

Verbicaro, Loiane Prado – *Judicialização da política, ativismo e discricionariedade judicial*, 2.ª ed., Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2019.

Vicente, Dário Moura – *Direito Comparado,* vol. I, Almedina, Coimbra, 2022.

Waldron, Jeremy - "The Core of the Case against Judicial Review", *The Yale Law Journal*, vol. 115, No. 6 (Apr., 2006), pp. 1346-1406.

- Idem, *Contra el gobierno de los jueces. Ventajas y desvantajas de tomar decisiones por mayoria en el Congresso y en los trbunales,* Siglo Veintiuno Argentina, Buenos Aires, 2018.

Wagner, Francisco Sosa – *Maestros alemanes del Derecho público*, 2.ª ed., Marcial Pons, Madrid, 2005.

Zagrebelsky, Gustavo - *Il Diritto Mite*. *Legge diritti giustizia*, Einaudi, Torino, 1992.

Zweigert, Konrad / Hein Kötz, *Introduction to comparative law,* Clarendon Press, New York / Oxford, 1992.

Outra bibliografia será objeto de escolha em articulação com os membros do seminário, tendo em conta os tópicos por eles escolhidos.

Acesso a informação sobre os textos constitucionais:

https://comparativeconstitutionsproject.org/

12. Observações:

(máximo 1000 caracteres)

NOTA: este mapa é preenchido tantas vezes quantas as necessárias para descrever as diferentes unidades curriculares.

Curricular Unit Sheet

Course PhD
2025/2026

1. Curricular Unit Name:

Introduction to Public Law

2. Complementary Information:

Duration: Semester ☐ Annual ☒
Work hours: 504
Credits ECTS: 18

3. Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit:

Vitalino Canas, two hours per week

4. Other academic staff and respective workloads in the curricular unit:

(maximun 1000 characters)

FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

5. Learning outcomes of the curricular unit:

Firstly, we intend to assess the "state of the art" with regard to the autonomy of Public Law, as a province of Law, and the plausibility of the insistence on the separation between Public Law and Private Law. To this end, at the beginning of the seminar, a review of the essential features of the various disciplines that fall within the classical domain of Public Law will be carried out, seeking to find a basis – or reject it – for that separation.
Secondly, and taking up most of the seminar's time, the aim is to uncover development trends in areas traditionally placed under the domain of Public Law. In some sectors these trends contribute to what appears to be a mix between Public Law and Private Law; in others, traditional features of Public Law are accentuated. An attempt will be made to anticipate future lines of development, preparing doctoral students for the requests that will predictably be directed to research and the legal professions with a view to facing the growing challenges generated by a digital society, guided by artificial intelligence, globalized and potentially transporting new risks and threats to democracy and fundamental rights, ancient and modern.
This second part of the seminar adopts an essentially comparative view (Introduction to Comparative Public Law), taking into account the great development that the discipline tends to show in the main legal teaching institutions at a global level, speaking today, for example, revival of Comparative Constitutional Law.

6. Syllabus:

(maximun 1000 characters)

7. Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives:

(maximun 1000 characters)

8. Teaching methodologies (including evaluation):

(maximun 1000 characters)

9. Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes:

(maximun 3000 characters)

10: Evaluation:

(maximun 1000 characters)

11: Main Bibliography:

(maximun 1000 characters)

12: Remarks:

(maximun 1000 characters)

NOTE: this map can be filled in as many times as necessary to describe the different curricular units.